



## **Caracterização da renda das famílias da comunidade Boa vista dos Pinhos, no município de Presidente Juscelino - Maranhão**

*Characterization of the income of the families of the community Boa vista dos Pinhos, in the municipality of Presidente Juscelino - Maranhão*

FERREIRA, Klayton Antonio Lins<sup>1</sup>; FERREIRA, Paula Fernanda Alves<sup>1</sup>;  
NASCIMENTO, Cláudio Adriano de Jesus<sup>1</sup>; SILVA, Luana Correa<sup>2</sup>; AMARAL, Mayan  
Blanc<sup>1</sup>; OTTATI, Ana Maria Aquino dos Anjos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, klaytonferreira25@gmail.com, paula.faf@hotmail.com, adriano\_c2@live.com, mayan\_gbi@hotmail.com; <sup>2</sup>Universidade Estadual do Maranhão, luanacorreasilva2013@gmail.com, anamariaanjos@bol.com.br

### **Eixo temático: Biodiversidade e Bens Comuns dos Agricultores e Povos e Comunidade Tradicionais**

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo a caracterização da renda de autoconsumo e outras rendas de oito famílias entrevistadas na comunidade rural Boa Vista dos Pinhos, pertencente ao município de Presidente Juscelino-MA. O projeto foi desenvolvido no município de Presidente Juscelino do Maranhão localizado na Mesorregião Norte Maranhense, e na microrregião Lençóis Maranhenses/Munim, distante 92 km de São Luís, Capital do Estado. A coleta de dados foi realizada através de questionário composto por perguntas abertas e fechada, referentes à renda de autoconsumo da família, atividades e outras rendas. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que todos os tipos de rendas, sejam para o autoconsumo e as não agrícolas são de fundamental importância para ampliar as oportunidades das famílias, principalmente aquelas que surgem em momentos de escassez no campo.

**Palavras-chave:** Escassez; Atividades; Campo.

**Keywords:** Scarcity; Activities; Field.

### **Introdução**

O debate sobre a agricultura familiar se intensificou no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990, alcançando grande projeção nacional e internacional com repercussão em diferentes níveis (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). As famílias rurais que conciliam, entre seus membros, atividades agrícolas e atividades não agrícolas (no interior ou fora de um determinado estabelecimento produtor), denominadas famílias pluriativas, encontram-se no centro das discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento rural e, de forma mais ampla, o desenvolvimento de toda a sociedade (OECD, 1992; BIRD, 2007).

Segundo Neder e Silva (2004), as políticas de combate à pobreza devem considerar a importância da renda não agrícola na composição da renda das famílias pobres. Os autores realçam que as atividades não agrícolas podem servir como estratégia para reduzir o número de famílias que estão abaixo da linha da pobreza e em estado de carência. É por isso que unidades produtivas que possuem um estoque de recursos mais amplo e diversificado reúnem melhores condições para enfrentar



adversidades e permanecer ao longo do tempo (ELLIS, 2000). Este trabalho tem como objetivo caracterizar a renda de autoconsumo e outras rendas das famílias que compõem essa comunidade, bem como os impactos econômicos e sociais causados pela forma e uso das atividades rurais e das atividades não provenientes do meio rural.

## **Metodologia**

O trabalho foi realizado na comunidade Boa vista dos Pinhos, localizada no município de Presidente Juscelino – MA, que fica na Mesorregião Norte Maranhense. A população no Censo de 2010 era de 11.541 habitantes, 64% residem na zona rural. Em 2016 a população estimada é de 12.532. O município tem área estimada em 354,696 km<sup>2</sup> e apresenta densidade demográfica de 32,54 hab/km<sup>2</sup>. A agropecuária é o principal setor produtivo do município, contribuindo com mais de 40% da sua renda. O município possui IDH, com valor de 0,563, renda rural *per capita* de R\$ 33,67 e urbana de R\$ 162,83. O Índice de pobreza é de 57,30 % (IBGE, 2016).

Para a pesquisa, foram utilizadas fontes de dados primários e secundários. Os primários foram coletados através da aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechada referentes a renda de autoconsumo (renda oriunda do plantio de mandioca, hortas de quintais, macaxeira, milho, feijão, abóbora, pecuária e do extrativismo local da juçara (*Euterpe oleracea*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*)), e outras rendas (venda da força de trabalho, rendas diversas e transferências sociais). A venda da força de trabalho são as pessoas que possuem algum tipo de renda proveniente, por exemplo, de atividades culturais e comunitárias, que são desenvolvidas na comunidade durante o ano. Em relação às rendas diversas, se enquadram a agroindústria, turismo, fretes, extrativismo e aluguéis. Benefícios e transferências sociais são as aposentadorias, pensões, bolsa família e outros. Oito famílias da comunidade em questão foram entrevistadas e acompanhadas por um período de tempo para analisar todo esse processo. Os dados secundários foram coletados através de pesquisa bibliográfica e documental, realizada em artigos científicos, no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

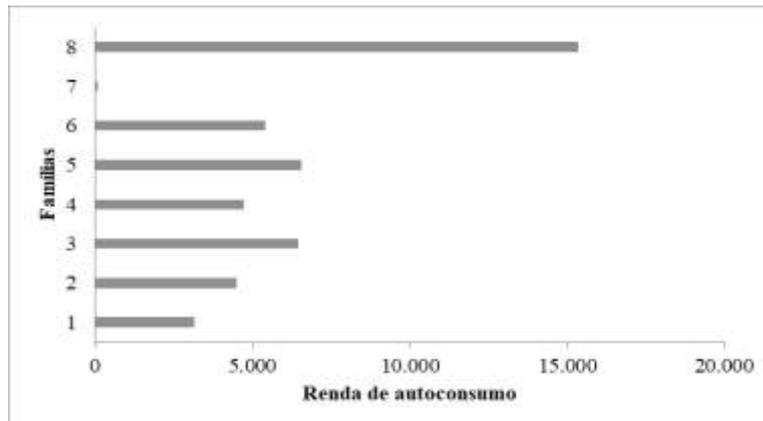
Após as coletas dos dados foi feita a tabulação através do programa Excel (Microsoft Office Excel). Na análise estatística se fez uso da Análise Descritiva, através da média, limite máximo e limite mínimo. Foi realizada a elaboração de gráficos para melhor compreensão dos dados coletados.

## **Resultados e Discussão**

Quanto à renda de autoconsumo (R\$/ano), 88% das famílias analisadas fazem uso desse sistema social produtivo na comunidade (Figura 1). O menor valor anual da



renda de autoconsumo verificou-se na família 1 (R\$3.150,00), dividindo esse valor por 12 meses a renda ficaria R\$262,50. A família 7 não apresentou renda suficiente de autoconsumo, sendo o motivo incerto. Maior renda de autoconsumo foi verificada na família 8 (R\$15.340,00), transformando em valores mensais fica R\$1.279,00. Dessa forma, é visto o quanto essa renda é importante para as famílias.



**Figura 1.** Renda anual de autoconsumo das famílias da comunidade Boa Vista dos Pinhos.

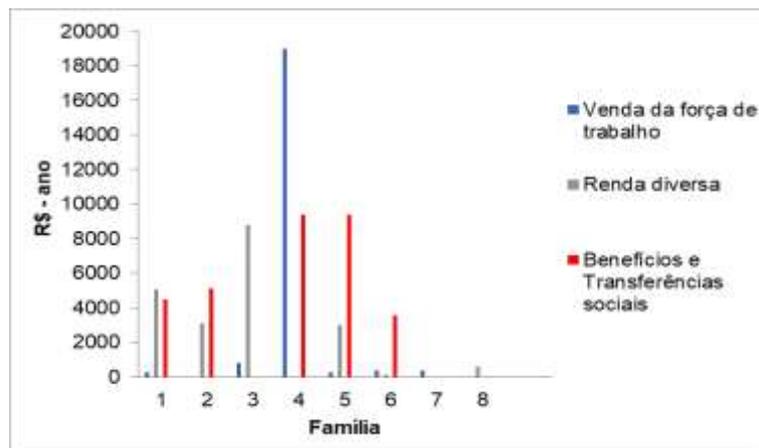
Nas famílias 2, 3, 4, 5 e 6, os respectivos valores são (R\$4.500,00; R\$6.458,00; R\$4.720,00; R\$6.562,00 e R\$5.400,00), fazendo um cálculo desses valores divididos por 12 meses (R\$375,00; R\$538,10; R\$393,00; R\$546,80 e R\$450,00;). Esses dados revelam que existem diferenças no uso e exploração da terra, na composição familiar e na organização da comercialização, o que influencia diretamente nesses valores.

A diversidade de cultivos e práticas de exploração do extrativismo local, que amplamente muitas famílias vivem, funciona como um mecanismo para aumentar sua renda e garantindo dessa forma uma melhor distribuição pelos períodos do ano. O sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social) é composto de meios humanos (força de trabalho, conhecimento e *savoir-faire*), de meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de meios vivos (plantas cultivadas e animais domésticos) de que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer diretamente (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (ANDRADE, 2009).

Segundo Gazolla (2013), o fortalecimento da produção para autoconsumo, faz surgir à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de vulnerabilidade em que se dá a reprodução social do grupo doméstico. Gazolla (2013) destacou ainda que o não fortalecimento do autoconsumo para o agricultor familiar faz com que este enfraqueça sua identidade socio-profissional, pois utiliza a força de trabalho familiar, a terra e os meios de produção, ou seja, todos os fatores de produção para gerar mercadorias agrícolas que acarretarão no valor correspondente quando da sua realização no mercado.



Em relação a outras rendas, observa-se que existem três tipos de rendas, são elas: Venda da força de trabalho, Rendas diversas e Transferências sociais (Figura 2). A venda da força de trabalho são as pessoas que possuem algum tipo de emprego, atividades culturais e comunitárias, que são desenvolvidas na comunidade durante o ano. Em relação às rendas diversas, se enquadram a agroindústria, turismo, fretes, extrativismo e aluguéis. Benefícios e transferências sociais são as aposentadorias, pensões, bolsa família e outros.



**Figura 2.** Outras rendas das famílias da comunidade Boa Vista dos Pinhos.

Das oito famílias estudadas, três apresentaram os três tipos de rendas em estudo, sendo estas, a família 1 (R\$ 256,00; 5.086,00; 4.480,00), seguida da família 5 (R\$ 280,00; 3.000,00; 9.384,00) e da família 6 (R\$ 360,00; 100,00; 3.552,00). Da mesma forma, três famílias apresentaram dois tipos de renda, sendo a família 2 com renda diversa (R\$ 3.076,00) e benefícios e transferências sociais (R\$ 5.136,00), seguida da família 3 com venda da força de trabalho (R\$ 800,00) e renda diversas (R\$ 8.800,00) e da família 4 com a venda da força de trabalho (R\$ 18.960,00), benefícios e transferências sociais (R\$ 9.384,00). As famílias 7 e 8 foram as únicas que apresentaram apenas um tipo de renda, sendo a venda da força de trabalho (R\$ 400,00) e a 8 com rendas diversas (R\$ 600,00), respectivamente.

Segundo Cajado et al. (2014), todos os tipos de sistemas de produção possuem alguma renda extra, seja oriunda de trabalhos não agrícolas, como artesanato, comércio, serviço público, seja de transferências sociais como Bolsa Família e ou recursos previdenciários como aposentadoria e Seguro Defeso, mostrando assim a importância destas rendas para as famílias no meio rural que, apesar de desenvolverem sistemas de produção diversificados, geralmente são destinados para o autoconsumo. Assim, famílias pluriativas tendem a ter melhores condições de enfrentar crises ou sazonalidades do que aquelas que dependem exclusivamente de uma única atividade e de uma única fonte de renda (KINSELLA et al., 2000; PERONDI, 2007).

## Conclusões



Conclui-se que mesmo com todas as dificuldades e a distância para os centros urbanos, essas famílias sobrevivem de forma bastante interessante, não se acomodando somente aos benefícios sociais e outros. Além disso, é notório a importância da renda de autoconsumo, que serve para ampliar as oportunidades das famílias perante algum período crítico, tornando as famílias pluriativas.

### **Referências bibliográficas**

ANDRADE, M. L. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. PLAGEDER, 2009.

BIRD - Banco Internacional De Reconstrução e Desenvolvimento/ Banco Mundial. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008: Agricultura para o Desenvolvimento**. Washington, DC: Banco Mundial, 2007. 34 p.

CAJADO, D. M.; FERNANDES, I. L. C.; SILVA, J. G.; ESMERALDO, G. G. S. L. Compreendendo a pesca artesanal sob a ótica da multifuncionalidade e pluriatividade. Estudo de caso. **Extensão Rural**, v. 21, n. 4, p. 52-74, 2014.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, p. 93, 2013.

KINSELLA, J.; WILSON, S.; JONG, F. de; RENTING, H. Pluriativity as a livelihood strategy in Irihi farm households and its role in rural development. **Sociologia Ruralis, Netherlands**, v. 40, n. 4, p. 481-496, 2000.

NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. Pobreza e Distribuição de Renda em Áreas Rurais: uma Abordagem de Inferência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p. 469-486, 2004.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24, 2014.

OECD. **Organisation for economic co-operation and development**. Technology and economy: the key relationships, Paris: OECD, 1992.